

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDELÁRIA
EDITAL CARTA CONVITE Nº 01/2016
TIPO DE JULGAMENTO: menor preço GLOBAL

(EXCLUSIVO PARA MICROEMPESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO ART. 34, DA LEI Nº 11.488, DE 2007.)

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que às 10h do dia 18 de janeiro de 2016, no Centro Administrativo – Departamento de Compras e Licitações, localizado na Prefeitura Municipal de Candelária – Av. Pereira Rêgo, nº 1665, se reunirá com a finalidade de receber propostas para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA E MANUTENÇÃO DOS EXTINTORES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DA SEDE DA SECRETARIA E DOS VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**

Poderão participar desta licitação **exclusivamente microempresas, empresas de pequeno porte, empresário individual e cooperativas enquadradas no art. 34, da lei 11.488, de 2007, em conformidade com as Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar 147/14, e Lei Municipal nº 573 de 14 de dezembro de 2010**, do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas ou não, desde que convidadas pelo órgão licitador, que o estenderá as demais cadastradas no Município de Candelária, que manifestar sua intenção de participar no prazo de 24h antes da hora aprazada para o recebimento dos envelopes de documentos e proposta.

1 – OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA E MANUTENÇÃO DOS EXTINTORES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DA SEDE DA SECRETARIA E DOS VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, conforme especificado abaixo:

RECARGA DE EXTINTORES

ESCOLAS MUNICIPAIS

Item	Quant.	Tipo/Capacidade	Validade do selo	Data do reteste
01	33	AP - 10 litros	01/02/16	6- 2018 4- 2019 23- 2020
02	2	BC - 4 Kg	01/02/16	1- 2018 1 -2020
03	2	BC - 6 Kg	01/02/16	1- 2019 1- 2020

04	30	BC - 8 Kg	01/02/16	2- 2017 9- 2018 5- 2019 14- 2020
05	8	ABC - 6 Kg	01/02/16	01/08/20

VEÍCULOS DA SECRETARIA

Item	Quant.	Tipo/Capacidade	Validade do selo	Data do reteste
06	09	Recarga ABC - 4 Kg	01/02/16	2-2017 3-2018 2-2019 2-2020
07	01	Recarga BC 4 kg	01/02/16	01/01/16
08	01	Recarga BC 6 kg	01/02/16	01/02/17
09	02	Recarga ABC - 6 Kg	01/02/16	1-2017 1-2018
10	02	Recarga ABC 1 kg	01/02/16	
11	02	Recarga BC 1 kg	01/02/16	

SECRETARIA - SEDE

Item	Quant.	Tipo/Capacidade	Validade do selo	Data do reteste
12	04	Recarga CO2 – 6Kg	01/02/16	2-2016 2-2020
13	01	Recarga BC - 8 Kg	01/02/16	1-2019
14	01	Recarga BC - 12 Kg	01/02/16	2-2018
15	01	Recarga AP – 10 litros	01/02/16	2-2018

1.2 O frete, a instalação e a sinalização já deverão estar incluídos na proposta de preço, bem como eventuais trocas e/ou reposições de peças e teste hidrostático, conforme a necessidade de cada unidade extintora.

1.3 Os serviços de recarga deverão ter garantia de no mínimo 01 (um) ano, a contar deste procedimento.

1.4 Caso algum dos extintores descarregarem a carga dentro do prazo previsto no Item 1.3, a empresa contratada deverá providenciar a troca do extintor sem custo para o Município, no prazo de 15 (quinze) dias contados desta solicitação.

1.5 O serviço será acompanhado por agente designado pela Secretaria Municipal de Educação deste Município. Após o término do serviço, a empresa deverá fornecer à Secretaria Municipal de Educação, o Memorial Descritivo dos Extintores de Incêndio localizados em cada unidade escolar, veículo e na sede da Secretaria Municipal de Educação.

2 – DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

2.1 Os documentos necessários para a habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, em dois envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como o nº1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
CARTA CONVITE Nº 01/2016
ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
CARTA CONVITE Nº01/2016
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

3- DA HABILITAÇÃO

Para a habilitação, o licitante deverá apresentar no envelope nº 1, os seguintes documentos:

3.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

3.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores com respectivo mandato;

3.1.2 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

3.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

3.2.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal.

3.2.2 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.2.3 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

3.3 - OUTROS DOCUMENTOS:

3.3.1 – Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

3.3.2 – Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

3.3.3- Declaração, firmada por contador, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

3.3.4- Declaração que não possui em quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou se sociedade de economia mista.

3.3.5 – Comprovante de que a empresa se enquadra nas especificações do INMETRO, Portaria nº 158 de 27.06.2006 e Portaria nº 173 de 12.07.2006.

3.3.6 - As cooperativas que tenham auferido no ano calendário, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600,000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no artigo 34, de Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

OBSERVAÇÕES:

3.4 A microempresa e a empresa de pequeno porte bem como a cooperativa que atender ao item 3.4.3 e 3.4.4, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos nos item 3.2 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.5 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.6 O prazo de que trata o item 3.4 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.7 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.4, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 9.3 sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4 – DA PROPOSTA:

4.1 O envelope nº 2 deverá conter:

4.1.2 – Proposta financeira, que deverá ter o valor unitário e total de cada item e o valor total de todos os itens;

Observações:

- 4.2 Não serão aceitas propostas cujos valores sejam cotados com mais de duas casas decimais após a vírgula.
- 4.3 Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.
- 4.4 O proponente deverá especificar a marca e/ou modelo do material cotado.
- 4.5 Não serão consideradas as propostas cujas condições estejam em desacordo com o solicitado no edital.
- 4.6 A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura desta licitação.
- 4.7 Quaisquer inserções na proposta, que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão legal no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5 – DO CRITERIO DE JULGAMENTO

- 5.1 Esta licitação é do tipo *menor preço* e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o **menor preço global**.
- 5.2 Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos a serem utilizados na obra.
- 5.2.1 Os valores de dedução acima indicada, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados na obra, deverão fazer parte do contrato e comprovadas, no momento da liquidação da fatura, por documento fiscal.
- 5.3 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

6 - DO DESEMPATE

- 6.1 No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação dar-se-á obrigatoriamente, por sorteio público, para o qual todos os licitantes serão convocados, na forma do art. 45, § 2º, da Lei 8.666/93.

7 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 7.1 Somente serão aceitas as propostas cujo valor total ofertado não seja superior ao limite de 10% acima do valor unitariamente estimado pelo Município.
- 7.2 Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital.

8 – DOS RECURSOS

8.1 Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas no art. 109 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

9 – DOS PRAZOS

9.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor, para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

9.2 O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.3 Se dentro do prazo, o 1º colocado não assinar o contrato, será convocada a empresa proponente que obteve a 2ª colocação, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, no mesmo momento a Administração notificará a empresa que não assinou o contrato, para que apresente as justificativas da desistência, julgando-as aceitas ou não para fins de aplicação das devidas sanções, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.4 O prazo para execução dos serviços de recarga dos extintores será de 01 (um) mês contados da assinatura do contrato.

9.5 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação, se necessário.

10 – DAS PENALIDADES

10.1. Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

10.2 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.3 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

11 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em duas parcelas, a primeira logo após a execução dos serviços e a segunda em 30 dias após.

11.2 Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

12- DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO

12.1 Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

12.2 No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os gastos da presente licitação correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias e Extra-Orçamentárias: Escolas Municipais 05 001 12 361 2124 339039 vinc 20 – Secretaria de Educação 05 001 12 361 2022 339039 vinc 20 e veículos 05 001 12 361 2024 339039 vinc 20.

14- DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

14.2 Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

14.3 Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

14.4 Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

14.5 Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

14.6 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo a habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

14.7 Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99;

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar;

Anexo III - Minuta do contrato.

14.8 Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.9 Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

14.10 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

14.11 A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

14.12 Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

14.13 Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o site www.candelaria.rs.gov.br de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

14.14 Maiores informações sobre o presente edital podem ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações em dia e horário de expediente ou pelo fone (51) 3743-8106. Cópias do edital poderão ser obtidas através do site www.candelaria-rs.com.br.

Candelária, 04 de janeiro de 2016.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

JORGE LUIZ MALLMANN
Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Carta Convite nº 01/2016
foi revisado em ____/____/_____, e está de acordo com a legislação,
ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda
da análise jurídica .

DANA BETINA CEZAR
Procuradora Geral do Município
OAB/RS Nº 43.926

FRANCIÉLE SCHRODER
Assessora Jurídica
OAB/RS Nº 95.508

ANEXO I

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da(modalidade da licitação) nºque a empresanão foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....
(data)

.....
(nome)

CONTRATO Nº .../.....- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - (MINUTA)

Contrato para Prestação de Serviços de Recarga e Manutenção dos Extintores das Escolas da Rede Municipal de Ensino, da Sede da Secretaria e dos Veículos da Secretaria de Educação, que celebram o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** e a empresareferente a Carta Convite nº 01/2016.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rego, 1665, CNPJ nº 87.568.911/0001-06, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. PAULO ROBERTO BUTZGE**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa, CNPJ nº, com endereço na Rua, nº, Bairro, em - RS, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com a Carta Convite nº 01/2016, Lei nº 8.666/93 e nos termos e cláusulas a seguir descritas:

DO OBJETO:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente contrato, a CONTRATADA se obriga a realizar serviços de recarga e manutenção dos extintores das Escolas da Rede Municipal de Ensino, da Sede da Secretaria e dos Veículos da Secretaria de Educação, conforme abaixo especificado:

RECARGA DE EXTINTORES

ESCOLAS MUNICIPAIS

Item	Quant.	Tipo/Capacidade	Validade do selo	Data do reteste	Valor Unitário	Valor Total
01	33	AP - 10 litros	01/02/16	6- 2018 4- 2019 23- 2020		
02	2	BC - 4 Kg	01/02/16	1- 2018 1 -2020		
03	2	BC - 6 Kg	01/02/16	1- 2019 1- 2020		
04	30	BC - 8 Kg	01/02/16	2- 2017 9- 2018 5- 2019 14- 2020		
05	8	ABC - 6 Kg	01/02/16	01/08/20		

VEÍCULOS DA SECRETARIA

Item	Quant.	Tipo/Capacidade	Validade do selo	Data do reteste	Valor Unitário	Valor Total
------	--------	-----------------	------------------	-----------------	----------------	-------------

06	09	Recarga ABC - 4 Kg	01/02/16	2-2017 3-2018 2-2019 2-2020		
07	01	Recarga BC 4 kg	01/02/16	01/01/16		
08	01	Recarga BC 6 kg	01/02/16	01/02/17		
09	02	Recarga ABC - 6 Kg	01/02/16	1-2017 1-2018		
10	02	Recarga ABC 1 kg	01/02/16			
11	02	Recarga BC 1 kg	01/02/16			

SECRETARIA - SEDE

Item	Quant.	Tipo/Capacidade	Validade do selo	Data do reteste	Valor Unitário	Valor Total
12	04	Recarga CO2 – 6Kg	01/02/16	2-2016 2-2020		
13	01	Recarga BC - 8 Kg	01/02/16	1-2019		
14	01	Recarga BC - 12 Kg	01/02/16	2-2018		
15	01	Recarga AP – 10 litros	01/02/16	2-2018		

Parágrafo Primeiro: Caso algum dos extintores descarregarem a carga dentro do prazo previsto no Parágrafo Terceiro, desta Cláusula, a empresa contratada deverá providenciar a troca do extintor sem custo para o Município, no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.

Parágrafo Segundo: O serviço será acompanhado por agente designado pela Secretaria Municipal de Educação deste Município. Após o término do serviço, a empresa deverá fornecer à Secretaria Municipal de Educação, o Memorial Descritivo dos Extintores de Incêndio localizados em cada unidade escolar, veículo e na sede da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Terceiro: Os serviços deverão ter garantia de no mínimo 01 (um) ano, a contar da realização da recarga.

DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO:

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATADA fará jus ao valor total de R\$ (.....), que será efetuado em duas parcelas, a primeira logo após a execução dos serviços e a segunda em 30 dias após.

Parágrafo Único: O Município Contratante poderá reter o INSS na fonte, caso a cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, se enquadre nas disposições Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209/1999.

DO PRAZO:

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo para execução dos serviços de recarga dos extintores será de 01 (um) mês contados da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA: O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste, com possibilidade de prorrogação, se necessário.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

CLÁUSULA QUINTA: O pagamento previsto na Cláusula Segunda será consignado no Orçamento vigente sob a rubrica: Escolas Municipais 05 001 12 361 2124 339039 vinc 20 – Secretaria de Educação 05 001 12 361 2022 339039 vinc 20 e Veículos 05 001 12 361 2024 339039 vinc 20.

DOS ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS:

CLÁUSULA SEXTA: Serão de inteira responsabilidade do Contratado as despesas e encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos seus empregados, que atuem sob sua dependência e subordinação, conforme art. 71, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único: A Contratada obriga-se a cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre medicina de segurança do trabalho, obrigando seus empregados ao uso de equipamentos apropriados de proteção a acidentes.

DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES:

CLÁUSULA SÉTIMA - Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

Parágrafo Primeiro: Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

Parágrafo Segundo: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Terceiro: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA NONA – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na prestação do serviço, em caso de vícios, defeitos ou incorreções, o contratado disporá de um prazo de 03 (três) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

DO FORO:

CLÁUSULA DÉCIMA: Fica eleito o Foro da Comarca de Candelária para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato, renunciando as partes qualquer outro Foro por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Candelária, de 2016.

PAULO ROBERTO BUTZGE
PREFEITO MUNICIPAL

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:

RG:

ASS.:

NOME:

RG:

ASS.: